CONTRATO Nº 36/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA E EMPRESA PLANEXCON – CONTABILIDADE ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

PROCESSO N º 157/2016/CM SOLICITAÇÃO Nº 87/2016/CM

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

CONTRATADA: PLANEXCON – CONTABILIDADE ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para Administração Pública, nas áreas orçamentária, contábil, financeira e legislativa, para assessorar a Presidência da Câmara Municipal de Louveira, Estado de São Paulo, bem como, acompanhamento e oferecimento de pareceres, nas condições previstas no Termo de

Referência, no edital e na proposta.

VALOR TOTAL: R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais)

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato

I - INTRÓITO

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estando vinculado ao Processo nº 157/2016/CM, de acordo com a deliberação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Louveira exarado naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

II - DAS PARTES

São partes no presente instrumento de contrato de prestação de serviços, autorizado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme consta do Processo nº 157/2016/CM, com deliberação deferida no mesmo processado:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA**, com sede na Rua Wagner Luiz Bevilácqua, 35 — bairro Guembê, Louveira/SP, inscrita no CNPJ/MF Nº 49.597.552/0001-18, neste ato representada pelo seu Presidente, o vereador **NILSON SOUZA DA CRUZ**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. 26.118.877-2 SSP/SP, CPF sob nº 247.816.258-00 doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa PLANEXCON — CONTABILIDADE ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP; com sede na Rua José Ferreira Alves, nº 11, sala 5, Bairro Nova Tiete, Tiete/SP, CEP: 18.530-000, Tiete — SP, inscrita no CNPJ/MF 05.743.030/0001-01, neste ato

representada por seu representante legal, Sr Greliz Silvestrin, portador da cédula de identidade RG 28.832.906-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.323.128-37, residente e domiciliado na Chácara São Luiz, Bairro Entre Rios, Zona Rural, CEP: 18.535-000, Jumirim-SP, doravante denominada **CONTRATADA**

III- DO OBJETO

- **3.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a prestação serviços técnicos e especializados de assessoria e consultoria para Administração Pública, nas áreas orçamentária, contábil, financeira e legislativa, para assessorar a Presidência da Câmara Municipal de Louveira, Estado de São Paulo, bem como, acompanhamento e oferecimento de pareceres, nas condições previstas neste Termo de Referência, como segue:
 - a) nas áreas orçamentária, contábil e financeira, visando um amplo gerenciamento das contas públicas do Poder Legislativo Municipal, possibilitando o cumprimento das exigências legais, bem como a geração de informações para tomada de decisões, e ainda, o acompanhamento de rotinas inerentes ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional.
 - b) na interpretação de relatórios técnicos, na emissão de pareceres, e na elaboração de emendas legislativas aos projetos do PPA Plano Plurianual, LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA Lei Orçamentária Anual.
 - c) no planejamento e acompanhamento de audiências públicas
- **3.2.** Os serviços deverão ser prestados por meio de visitas presenciais, bem como pela Internet, telefone ou fax.
- **3.3.** A execução dos serviços mencionado nesta cláusula deverão ser realizados em perfeita consonância com o ato licitatório, modalidade **PREGÃO** nº 20/2016/CM, cujos autos, termos, documentos, especificações, proposta da **CONTRATADA**, atas, despacho homologatório do Exmo. Presidente da Câmara, termo de adjudicação e publicações oficiais, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui estivessem transcritos, sendo de perfeito conhecimento da parte **CONTRATANTE**, que se obrigam a cumpri-los fiel e integralmente.

IV - DO REGIME DE EXECUÇÃO

- **4.1.** O regime de execução será o de prestação de serviços por empreitada por preço global, conforme realização dos serviços, rigorosamente de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, no Edital e neste Contrato.
- **4.2**. Ocorrendo qualquer problema, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente por escrito a Diretoria Geral da Edilidade.
- **4.3.** Os trabalhos deverão seguir rigorosamente o Termo de Referência constante do edital.

V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento tem seu suporte legal na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, com observância das alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98 e terá suas despesas suportadas pelas dotações orçamentárias codificadas sob o nºs 02.01.01.031.0068.2239.3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

VI - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, o prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogada, a critério da Edilidade, de acordo com o preceituado na Lei n° 8.666/93.

VII - DO PRAZO E FORMA ENTREGA

7.1. Os serviços deverão iniciar em até **15 (quinze) dias**, após o recebimento da Autorização de Serviços emitida pela Câmara Municipal de Louveira.

VIII- DA FISCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. Da Fiscalização

- **8.1.1.** O presente contrato será fiscalizado pela Diretoria da Área requisitante ou por servidor por ela designado, com a supervisão da Comissão de Gestão de Contratos, sendo que esta, subordinada a Diretoria Geral da Casa, é responsável por auxiliar o fiscal do contrato visando a perfeita execução do objeto licitado.
- **8.1.2.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Gestão de Contratos deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

8.2. Das Condições de Recebimento

- **8.2.1.** Os serviços serão recebidos mediante conferência, com a observação e aceite da área requisitante, não excluindo a possibilidade de devolução se, após análise ou exame posterior, for constatada a existência de irregularidades.
- **8.2.2.** Caso o serviço não seja aprovado nos exames de qualidade, a **CONTRATADA** deverá, imediatamente, providenciar a substituição dos mesmos, acatando as determinações efetuadas pela Edilidade.

IX - DAS PENALIDADES

9.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que

praticar quaisquer atos previstos na Lei de Licitações, respeitado o contraditório e ampla defesa.

- **9.2.** Nos da Lei 8.666/93 e alterações, poderão ser aplicadas multas, as quais são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, respeitado o contraditório e ampla defesa.
- **9.3.** Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, bem como para aplicação das demais penalidades cabíveis, serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitado o contraditório e ampla defesa.

X - DA CLÁUSULA ADICIONAL

Para formalização de possíveis alterações ou rescisão contratual serão obedecidas as normas previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 06.06.94 e demais dispositivos legais pertinentes.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

- **11.1.** A Diretoria Financeira efetuará o pagamento à **LICITANTE VENCEDORA** no prazo de até 10(dez) dias, conforme o preço ajustado, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. O pagamento será efetuado mensalmente até o prazo máximo de 10(dez) dias após o período mensal da prestação de serviços executados.
- **11.2.** Antes de ser efetuado o pagamento, o Almoxarifado, ouvindo a área requisitante, deverá encaminhar à Diretoria Financeira a Nota Fiscal atestada pelo requisitante que os serviços foram executados conforme o pactuado.
- **11.3.** Os valores estipulados nesta cláusula serão fixos e irreajustáveis, podendo, apenas sofrer acréscimos ou supressões a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- **11.4.** O presente contrato poderá sofrer alterações para adequar-se às disposições carreadas nas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98.

XII - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- **12.1.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e observando a legislação vigente.
- **12.2.** Realizar os serviços nas condições previstas no edital, com observação das normas de segurança vigente.
- **12.3.**Designar um profissional para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica, e disciplinar no tocante à atuação dos funcionários.
- **12.4.**Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive os produtos e materiais necessários a

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

Wagner Luiz Bevilacqua, 35 – Bairro Guembê - CEP: 13290-000 – Louveira – São Paulo - www.camaralouveira.sp.gov.br - Fone: (19) 3878-9420

execução de serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos.

12.5.Não existirá para a CONTRATANTE qualquer solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todo ônus advindo da relação empregatícia.

Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a CONTRATANTE, se não previstas neste instrumento ou expressamente autorizada

12.6. Pagar todos os tributos incidentes, ou que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, i.e., impostos, taxas e contribuições, federais, estaduais ou municipais.

XIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **13.1.** Sendo a **CONTRATADA** empresa devidamente constituída e com personalidade jurídica própria, não há vínculo empregatício entre seus empregados e a Edilidade.
- **13.2.** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados direta e indiretamente a **Edilidade** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representante da Edilidade.
- **13.3.** A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
 - **13.3.1.** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Edilidade a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- **13.4.** A **CONTRATADA** autoriza a Edilidade a descontar dos pagamentos a serem realizados os valores referentes aos tributos legais, que incidam ou venham a incidir, sobre o objeto deste contrato.
- **13.5.** A **CONTRATADA** não poderá realizar a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.
- **13.6.** Caso a **CONTRATADA** abandone o fornecimento dos itens ou passe a fornecê-los de forma imprópria, a Edilidade suspenderá imediatamente os pagamentos porventura devidos, além de tomar outras medidas legais cabíveis.
- **13.7.** A tolerância das partes de eventuais infrações às condições estipuladas neste instrumento, não valerá como precedente, novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação pertinente e o contrato assegurem.
- **13.8.** Qualquer alteração pretendida pelas partes em relação ao presente instrumento, deverá ser formalizada através de Termo Aditivo, firmado pelas partes, sempre com observância dos ditames legais previstos na Lei nº 8.666 de 21.06.1993, atualizada pelas Leis nºs 8.883 de 08.06.94, 9.032 de 28.04.95 e 9.648 de 27.05.98.
- **13.9.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em leis e regulamentos.
- **13.10.** Dentre outros legalmente previstos, constituem motivo para rescisão deste contrato:
 - **13.10.1.** o não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - 13.10.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - 13.10.3. a decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

Vagner Luiz Bevilacqua, 35 – Bairro Guembê - CEP: 13290-000 – Louveira –São Paulo - <u>www.camaralouveira.sp.gov.br</u> - Fone: (19) 3878-9420

- **13.10.4.** a dissolução da sociedade;
- **13.10.5.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- **13.10.6.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- **13.11.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XIV- DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

O valor total do objeto deste contrato é R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais), e deverá ser pago em conformidade com os preços unitários ajustados.

XV - DO FORO

Fica eleito o Foro Distrital de Louveira (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim, certas e ajustadas, lido e achado conforme, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo, o presente **TERMO DE CONTRATO**, na presença das testemunhas que conjuntamente este subscrevem, digitado e firmado em três (3) vias de igual teor e forma. **NADA MAIS**.

Louveira, em 24 de novembro de 2016.

RG 27.236.541-5

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

NILSON SOUZA DA CRUZ PRESIDENTE – CONTRATANTE

PLANEXCON – CONTABILIDADE ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

Greliz Silvestrin - CONTRATADA

RG 17.943.709

TESTEMUNHAS:	
1	2
Nome: Dario Prado Figueiredo	Nome: Luiz Carlos de Medeiros